



# Anais da Assembléia

Nº 67

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT** – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** – 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**Atos da Presidência:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

LEI N° 11.376

DATA: 21 de maio de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia Especializada da Mulher.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Presidente em exercício

LEI N° 11377

DATA: 21 de maio de 1996.

SÚMULA: Altera a redação da Lei n° 11.224, de 13 de dezembro de 1995, que criou o Município de Tamarana.

Art. 1º - Altera redação da Lei n° 11.224, de 13 de dezembro de 1995, que criou o Município de Tamarana, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município de Londrina com os seguintes limites e confrontações:

**Com o Município de Londrina:**

Inicia na foz do rio Santa Cruz no rio Apucarantina, desce por este até a foz do córrego Faustino, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral nordeste até a cabeceira do ribeirão dos Morães, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a divisa da Reserva Indígena do Apucarantina, segue por esta divisa até encontrar o rio Apucarana.

**Com o Município de Ortigueira:**

Inicia no encontro da divisa da Reserva Indígena do Apucarantina com o rio Apucarana, sobe por este até a foz do rio Preto, sobe por este até sua confluência com o rio do Meio.

**Com o Município de Mauá da Serra:**

Inicia na confluência do rio Preto com o rio do Meio, sobe por este até a foz do arroio Mato Queimado, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral noroeste até a cabeceira do rio Valêncio, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a estrada Lagoa/Mauá.

**Com o Município de Marilândia do Sul:**

Inicia no encontro da estrada Lagoa/Mauá com o rio Apucarantina, desce por este até a foz do rio Santa Cruz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Presidente em exercício

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Marquinhos Alves e Nelson Garcia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Fichta, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Forsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Emerson Nerone e Doutor Rosinha (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SP. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

#### OFÍCIO

Sob os n.ºs CTL/SEEG/088 e 089/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder os Projetos de Lei n.ºs 201/95 e 059/96, respectivamente. Ao conhecimento da Casa.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
OP. N.º 1757/96

Curitiba, em 29.04.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação da Assembléia Legislativa do Paraná, o anexo Anteprojeto de Lei, que trata de extinção de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e da criação de cargos em comissão e de provimento efetivo.

Conforme é possível verificar, Senhor Presidente, o documento contempla, apenas, pequeno ajuste na estrutura de pessoal, desta Corte, necessário para a melhor compatibilização dos trabalhos da assessoria administrativa.

De outro lado, é importante ressaltar que a presente proposição não acarreta aumento de despesa, caracterizando, em essência tão-somente adaptação de cargos.

Reitero a Vossa Excelência a segurança do meu respeito.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam extintos da estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento efetivo: 04 (quatro) cargos de Revisor Assistente, RA-4/I; 03 (três) cargos de Auxiliar Administrativo, AD-10/I; 04 (quatro) cargos de Datilógrafo, DT-9/I e 02 (dois) cargos de Auxiliar de Controle, AC-8/I, todos de provimento efetivo.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos:

a) de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assistente Administrativo da Presidência, simbologia DAS-2; 07 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conse-

lheiro, simbologia DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Administrativo da Procuradoria-Geral, simbologia DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico da Coordenadoria-Geral, simbologia DAS-4; 04 (quatro) cargos de Oficial de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C;

b) de provimento efetivo: 01 (um) cargo de Consultor Jurídico; 01 (um) cargo de Consultor Técnico 1/I.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

#### JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Paraná vem passando por significativas transformações no seu campo de atuação, em face dos naturais processos de avanço no que se refere às metodologias de auditorias aplicadas no âmbito dos órgãos públicos.

A Constituição Federal de 1988, no conjunto de suas inovações estruturais, ampliou substancialmente as atribuições da Corte de Contas, dando a ela elevadas responsabilidades para a preservação da moralidade pública.

Em que pese esta realidade transformadora, o Tribunal ainda não conseguiu operar as modificações globais necessárias para permitir maior agilidade à tarefa fiscalizadora e consequência de suas decisões.

Nessa linha interpretativa, a Casa, nos últimos anos, tem realizado pequenos ajustes no seu contexto geral, indispensáveis para o melhor funcionamento das atividades administrativas.

O Tribunal de Contas não desconhece que o atual estágio de dificuldades econômicas e financeiras que marca toda a tessitura da economia nacional e do Estado, não recomendam proposições que representem aumentos ponderáveis da despesa, já que a receita vem experimentando naturais dificuldades em seu crescimento.

Nesse sentido, o presente Anteprojeto de Lei propõe, na prática, tão-somente a extinção de cargos e a criação de outros, de provimento em comissão e efetivo, em montante financeiro que, praticamente, corresponde àqueles eliminados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Não há, portanto, aumento de despesa e nem a simples criação de novos cargos, contemplando-se, apenas, pequeno ajuste operacional indispensável para a ampliação do assessoramento às funções técnicas e burocráticas da instituição.

Por outro lado, os cargos ora propostos terão a virtude de garantir a melhor operacionalização dos segmentos administrativos, proporcionando condições ideais para o cumprimento das atribuições setoriais, significativamente aumentadas com o

crescimento dos serviços específicos.

## Demonstrativo dos Cargos Propostos e Respectivo Custo:

CARGO	VENCIMENTO	Nº CARGOS	TOTAL
DAS-2	440,32	1	440,32
DAS-3	410,38	8	3.283,04
DAS-4	350,91	1	350,91
1-C	207,11	4	828,44
CONSULTOR JURÍDICO	2.674,08	1	2.674,08
CONSULTOR TÉCNICO 1/I	929,05	1	929,05
TOTAL GERAL			8.505,84

## Distribuição dos Novos Cargos Propostos

CARGO	QUANT.	DENOMINAÇÃO PROPOSTA
DAS-2	1	Assistente Administrativo da Presidência
DAS-3	7	Assessor Administrativo de Conselheiro
DAS-3	1	Assessor Administrativo da Procuradoria-Geral
DAS-4	1	Assessor Técnico da Coordenadoria-Geral
1-C	4	Oficial de Gabinete da Presidência
CONSULTOR JURÍDICO	1	Consultor Jurídico
CONSULTOR TÉCNICO 1/I	1	Consultor Técnico 1/I

## Demonstrativo dos Cargos Extintos e Respectivos Valores:

CARGO	VENCIMENTO	N.º CARGOS	TOTAL
Revisor Assistente	616,63	04	2.466,52
Auxiliar de Controle	505,77	02	1.011,54
Datilógrafo	478,06	04	1.912,24
Auxiliar Administrativo	450,35	03	1.351,05
TOTAL GERAL			6.741,35

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 191/96.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto em questão é de fundamental importância para a comunidade estudantil da região de União da Vitória que, em função da inexistência do curso de Direito, precisam se deslocar de suas cidades.

Da mesma forma, a Universidade Estadual de Ponta Grossa que será a responsável pela contratação dos professores, concorda plenamente com a implantação do Curso de Direito em União da Vitória, na forma de Campus Avançado.

Sendo assim, contamos com o apoio dos demais Pares, no sentido de que aprovelem o requerimento em questão.

#### REQUERIMENTO N° 089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

#### REQUERIMENTO N° 090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de votos de pesar pela morte da Senhora Palmira Narante Reghin na Cidade de Uraí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Senhor Abdala Elias Nassar, da Cidade de Londrina, que faleceu neste mês. A seguir, o endereço: Rua Prefeito Hugo Cabral n° 1023, Ap. 1004 - CEP: 86020-060 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Abdala Elias Nassar era um cidadão de bem, admirado por todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo e desfrutar de sua convivência. Comerciante, tinha como filosofia de vida respeitar o próximo, fazendo do cliente um amigo, tal a lisura com que comandava seus negócios. Sua correção também estendia-se para o convívio social e por isso, granjeou simpatia por onde andou. A família de Abdala Elias Nassar tinha nele um grande exemplo de vida, de modelo de retidão. Agora, com sua lamentável perda, está entristecida por não tê-lo mais como paradigma. Mas tudo ficou marcado nas mentes e nos corações dos que tão de perto conviveram com o amigo Abdala.

REQUERIMENTO N° 094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família do Sr. Ostival Carneiro, pelo trágico acontecimento de seu falecimento.

O Sr. Ostival, era Congregado Mariano, Ministro da Eucaristia da Igreja Nossa Senhora da Luz; funcionário da empresa Tons e Renato, pessoa muito querida no Município de Irati, deixa esposa a Sra. Rosi Carneiro e os filhos Edson, Edna, Eliane e Eliete.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Reverendíssimo Pe. Angelo Rabachin, Vigário da Paróquia Imaculada Conceição do Município de Florai.

Requer, outrossim, que da decisão da

Casa, seja dada ciência à família enlutada, ao Senhor Prefeito Municipal de Florai, ao Presidente da Câmara, ao Senhor Presidente da Associação da Paróquia Imaculada Conceição e ao atual vigário, Padre Valte Brandão.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Pe. Angelo Rabachin, nasceu em 29 de outubro de 1923 e faleceu no dia 19 de maio último em Florai onde era o vigário da Paróquia desde 03.05.1981 (data de sua posse).

O passamento do Padre Angelo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seus paroquianos e amigos entre os quais este Deputado.

A população de Florai, esteve presente para render as últimas homenagens ao venerável sacerdote com todo o respeito e amor filial.

O tempo, que tudo embota, não conseguiu todavia, apagar a saudade que habita em seus corações, depois que deixou esta, para uma vida melhor. É que sua vida exemplar deixou uma lembrança imorredoura entre seus fiéis.

O vigário Angelo passou como o divino Mestre, sobre a terra fazendo somente o bem. O amor que dedicou ao seu sagrado mistério criou em torno de sua frente uma aura de prestígio que o tempo não apagará.

Foi o sacerdote dedicado e amoroso que não conheceu descanso, nem repouso, enquanto soube que ali havia uma ovelha necessitando do amparo quer espiritual, quer material.

Sua missão inspirada nas lições do Evangelho, produziu frutos iracessíveis, razão porque a população de Florai rendeu e renderá sempre preito de gratidão e saudade. Essa mesma população de fiéis promete que nunca haverá de esquecê-lo e que haverá sempre o Conselheiro seguro nas suas aflições e nas dúvidas.

Lá junto a Deus, onde certamente está, será sempre o intercessor para que sua proteção vele sempre sobre toda a população de Florai.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares, os paroquianos, enfim, toda a população do Município de Florai do Padre Angelo Rabachin, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 107

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário,

que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Geralda Vieira dos Santos, ocorrido no dia 19 próximo passado, em Lobato-PR.

Requer ainda que o presente se dê ciência ao esposo, Senhor José Vieira dos Santos, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Wilson de Lima Lemos, 219, CEP: 86790-000, no Município de Lobato-PR.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) IFONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de congratulação à nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes do Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maquinismos, Ferragens, Tintas, Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de Curitiba e Região Metropolitana, eleitos para o triênio 1996/1999, que tomou posse às 20 hs. do dia 16.05 do corrente, assim composta: Diretoria - Presidente: Ari Faria Pittencourt; vice-Presidentes: Osmar Pachid Fatuch e Osvaldo Nascimento Junior; Secretários: Lourival Pedro Kaled e Georges Saba Mouchbahani; Tesoureiros: Alceu Abagge e Ivanino Ton; Diretores: Zaki Akel Sobrinho, João Manne, José Roberto Abagge, Luiz Carlos Hauer, Elcio H. Conninck Ribeiro, Aziz Abdulla e José A. Adolfo Calliari; Conselho Fiscal - Anibal Tacla, Osvaldo Marochi, Nelson Antonietto, Nelson Luiz Kalluf, Edmundo Tacla e Osvaldo do Nascimento; Delegados Representantes junto à Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná - Alceu Abagge, Ari Faria Pittencourt, Lourival Pedro Kaled e Georges Saba Mouchbahani.

A nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a este importante Sindicato. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Empresário Valmor Weiss, alusivos ao recebimento do diploma "Mérito Industrial", concedido através dos Sistema FIEP, em 20 de maio do

do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Empresa Valmor Weiss & Cia Ltda., nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Lar Esperança, alusivos aos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense, sendo um instrumento de apoio ao exercício da cidadania.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor daquela instituição, Pastor José Florença Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Edgard Roquete Pinto n° 40, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 114

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão votos de congratulações ao Instituto de Criminalística do Paraná, através de seu Diretor Dr. Antonio Vaz Siqueira, e em especial, à Equipe do Perito Roberval Coutinho, pelo envelhecimento da primeira fotografia de menor desaparecido no país.

Desenvolvendo o "Projeto Envelhecimento" a equipe do Perito Roberval levou 3 meses para concluir o envelhecimento do rosto de Guilherme Caramês Tiburtius que hoje estaria com 13 anos e que desapareceu em junho de 1991, com 8 anos de idade.

Através da computação gráfica e usando o programa "ADOBE PHOTO SHOP" específico para o tratamento de imagens, a equipe do perito Roberval Coutinho trabalhou a partir de um álbum de fotografias levado pela mãe de Guilherme ao Instituto.

A fotografia envelhecida será enviada para a INTERNET e, os peritos do Instituto Criminalística do Paraná já estão trabalhando no envelhecimento da fotografia de outra criança desaparecida.

O trabalho desenvolvido pelo Instituto de Criminalística do Paraná é primordial para o desenvolvimento das investigações, aumentando, em muito, as possibilidades de êxito, uma vez que dá o perfil atual da criança desaparecida.

Este parlamentar, que há muito vem lu-



tando para conseguir este benefício, tendo gerenciado inclusive junto a UNICAMP/SP, sente-se honrado e orgulhoso em poder aplaudir o Instituto de Criminalística do Paraná pelo trabalho realizado.

Assim, contando com o apoio de seus pares, apresenta este voto de congratulações solicitando que seja enviada cópia ao Instituto de Criminalística - ao Sr. Dr. Antonio Vaz Siqueira - DD. Diretor do Instituto e a Equipe do Perito Roberval Coutinho, rua Visconde de Guarapuava, n° 2652 - Centro - CEP: 80.010-100 Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO N° 093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Sr. Bernardo Rebesco, pela homenagem concedida pela FIEP, por mérito industrial na Cidade de Irati, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações ao Sr. Jacques Figler, pelo reconhecimento internacional, através do prêmio recebido em New Orleans, Estados Unidos, no dia 25 de abril passado, denominado de "Golden Arch Award", sendo este o mais importante prêmio concedido pelo McDonald's aos seus franqueados, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) RENATO ADUR

#### REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Ofício ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando dados sobre o andamento do pedido de construção do prédio para abrigar o Posto de Trânsito do Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) SAMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de um prédio para abrigar o Posto de Trânsito de Santa Helena, é uma antiga reivindicação daquela municipalidade,

e cujo empreendimento, pelo que temos ciência, poderá ser efetivado em breve.

Dessa forma, gostaríamos de obter pronunciamento daquela Pasta sobre o andamento da solicitação, bem como previsão da data em que a obra deverá ser iniciada, para que possamos fazer chegar essas informações ao conhecimento dos santa-helenses, que aguardam com ansiedade o atendimento a esse justo pleito.

#### REQUERIMENTO N° 091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Governador do Paraná, em exercício, Deputado Anibal Khury, fazendo o seguinte questionamento:

- 1 - Está sendo repassado para o Instituto de Previdência do Estado - IPE, o valor descontado do funcionalismo público estadual?
- 2 - Quanto foi repassado de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, nos últimos 03 (três) meses às Cidades de Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina?

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Em face de notícias veiculadas na imprensa sobre os problemas financeiros que o Instituto de Previdência do Estado - IPE, vem enfrentando, e diante das constantes reclamações dos servidores públicos do Estado quanto à qualidade do atendimento prestado, solicitamos as informações sobre o repasse dos valores descontados nos contra-cheques. A segunda questão também carece de esclarecimentos por parte do governo do Estado do Paraná. O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, acaba sendo usado para diversos fins, socorrendo áreas nem sempre afetadas ao que originariamente se propõe. Daí estamos pedindo informações sobre o repasse nos últimos 90 dias para os quatro maiores municípios do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de manifesto da Federação das Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR, sob o título "Mutuários lutam contra herança Colorida - Solução é redução da prestação da casa própria", documento este que está sendo distribuído às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário em Brasília, por ocasião da VII Caravana da Mora-



dia Para Brasília, nos dias 20 e 21 de maio, onde lideranças de movimentos de moradia de todo Brasil estarão realizando audiências e manifestações na Capital Federal.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 199/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Todos os supermercados, empórios, mercearias e outros estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios, ficam obrigados a manter, próximos ao caixa, bem visíveis aos clientes, balanças para, quem o desejar, conferir a exatidão ou não do peso da mercadoria que está sendo adquirida.

Art. 2° - Havendo diferença de peso, para menos, o cliente passa a ter direito a desfrutar de desconto de 20% sobre o preço total constante na etiqueta ou marcado sob várias formas para sua venda.

Art. 3° - Será concedido prazo máximo de 120 dias, contados a partir da publicação da presente lei, para o fiel cumprimento das exigências contidas no Artigo 1° do presente projeto de lei.

Art. 4° - A fiscalização para o rigoroso cumprimento dos dispostos neste projeto será feito pelo IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Justiça do Paraná.

Art. 5° - Quem desrespeitar o contido no Artigo 1° será multado em dois mil reais. Havendo reincidência a segunda multa será de cinco mil reais e a terceira de dez mil reais, após o que a Receita Estadual poderá interditar o infrator pelo prazo de 30 dias.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ANTONIO BELINATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional tem noticiado, com frequência que o consumidor brasileiro é vítima de abusos de algumas indústrias fabricantes de produtos alimentícios, que deixam de colocar nas embalagens a quantidade exata do produto. Isto é, anunciam determinado produto, que não custa barato para o consumidor, mas acabam, de maneira fraudulenta e criminoso, colocando na em-

balagem bem menos da quantidade anunciada. Somente através de uma lei rigorosa, como esta, é que tal prática pode ser evitada, resguardando-se os direitos dos consumidores.

Evidente que o desconto que o cliente terá direito não sairá do varejista. Este, poderá ser ressarcido junto aos atacadistas e distribuidores que, para não perder clientes, provavelmente farão, amigavelmente, a compensação dos prejuízos causados. Havendo o peso certo, além da satisfação natural que os compradores terão, com a transformação deste projeto de lei, estaremos muito próximos de pôr fim às lesões que os consumidores paranaenses vêm sendo vítimas há longos anos.

##### PROJETO DE LEI N° 200/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá, com sede e foro no Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) EDSON SILVA LINO

#### JUSTIFICATIVA:

A APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá, com sede e foro no Distrito de Porto Ubá, Município de Lidianópolis, fundada em 21 de maio de 1995, tem por finalidade a proteção e a assistência social, a representação de seus direitos e interesses de seus associados.

A APPU - Associação dos Pescadores de Porto Ubá foi criada civilmente por aqueles que fazem da pesca profissional sua profissão e seu meio de sobrevivência, obrigando-se a estreita colaboração com as autoridades públicas e com os órgãos ligados a pesca e ao meio ambiente.

A Associação está sujeita à fiscalização, à orientação e à normalização nos órgãos competentes, reconhecida legalmente e seus associados registrados na própria Associação.

A Associação dos Pescadores de Porto Ubá é constituída por um número de pescadores, exercentes da pesca profissional, que em assembléia e em comum acordo com os órgãos interessados, ficou decidido que o pescador profissional poderá fazer o uso da pesca em todos os limites jurisdicionados pela associação, ou seja, nos limites fluviais do Rio Ivaí.

A referida associação foi criada por consentimento mútuo entre pescadores e Secretaria do Meio Ambiente, podendo desta

forma dar maior proteção e proporcionar resolução dos problemas relacionados ao pescador profissional, atendendo assim os interesses e o desempenho de suas atividades.

Exposto isto e considerando que a associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual foi constituído, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública Estadual, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares com assentamento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 201/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários localizados nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2° - No Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, deverão constar:

- a) viaturas equipadas para tal, através do "Projeto Veículo Patrulheiro Misto", elaborado pelo Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.
- b) Pessoal treinado e capacitado para o sistema de atendimento e de resgate de acidentados.

Art. 3° - Para a implantação do SIPROV, fica também autorizado o Governo do Estado do Paraná a utilizar-se de recursos oriundos do excedente da arrecadação do Estado, bem como de recursos de outras fontes do Orçamento Estadual que possam ser alocados para tal finalidade.

Art. 4° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Para justificar o presente projeto de lei, apensamos a este o "Projeto Veículo Patrulheiro Misto", elaborado pelo Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, que, no seu bojo, coloca toda a problemática dos acidentes ocorridos nas rodovias do Estado e apresenta soluções para diminuição dos mesmos.

PROJETO DE LEI N° 202/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, o "Centro Regional de Esporte e Lazer", nos Municípios

de Umuarama, Apucarana e Bandeirantes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, pretende a criação de um centro regional da Secretaria de Esporte e Turismo nas Cidades de Umuarama, Apucarana e Bandeirantes, para a ampliação das ações vinculadas ao esporte, lazer e turismo, priorizando-se o processo de descentralização, com a competência (Decreto 697 de 28.04.95, Capítulo IV, Seção I) para:

- I - a prestação de assistência técnica aos municípios sob sua jurisdição, no desenvolvimento das políticas e planos municipais de esporte e lazer;
- II - o assessoramento em programas e projetos específicos, através da inter-relação ou apoio às iniciativas intermunicipais na área de esporte e lazer;
- III - a coleta de informações de caráter regional de interesse para a avaliação e o controle das atividades da Paraná Esporte;
- IV - a articulação com os responsáveis por projetos na área de esportes e lazer, para atendimento das necessidades municipais;
- V - o apoio logístico e técnico aos cursos, seminários, debates e atividades semelhantes, realizados pela Paraná Esporte, na região;
- VI - o apoio aos eventos esportivos e de lazer realizados na região, com prioridade para os que forem promovidos pela Paraná Esportes;
- VII - o apoio técnico e logístico para o desenvolvimento e implantação de Centros de Excelência, prioritariamente em conjunto com instituições de ensino superior;
- VIII - a programação e o acompanhamento das necessidades financeiras para o desenvolvimento das atividades previstas;
- IX - o desempenho de outras atividades correlatas".

Umuarama, como cidade pólo, apresenta importância e potencial esportivo que perfeitamente justificam a instalação deste escritório, que permitirá atendimento aos municípios de: Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Francisco Alves, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Ivaté, Japurá, Jussara,

Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, Rondon, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Vila Alta e Xanbrê.

Em Apucarana, o pretendido centro proporcionará atendimento a toda a região do Vale do Ivaí: Apucarana, Bom Sucesso, Borazópolis, Califórnia, Cambira, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Pios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Posário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Em Pandeirantes se justifica a criação em tela, visando o atendimento a duas microrregiões (5 e 6), que atuará nos seguintes municípios: Abatiá, Andirá, Araportí, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santo Antonio da Platina, São José da Boa Vista, Santana do Itararé, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz, Assaí, Pandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Curiúva, Itambaracá, Jataizinho, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Nova Santa Bárbara, Santo Antonio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

A criação de mais esses centros de esporte e lazer somados aos 8 já existentes no Estado, permitirá a descentralização da Pasta, dinamizando ainda mais as ações do Governo no interior.

PROJETO DE LEI N° 203/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o "Centro de Reintegração Social Batalhão da Última Hora", com sede na localidade de Rorda do Campo, e foro no Município de Quatro Barras.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por finalidade específica beneficiar uma associação que, já desde 1988, vem desenvolvendo projetos e assistencialismo as pessoas menos favorecidas, bem como à dependentes e ex-dependentes de drogas.

O Centro de Reintegração Social Bata-

lhão Última Hora, entidade filantrópica, visa reintegrar o ex-viciado junto a sociedade, criando condições e atividades para que o mesmo volte a ter uma vida normal. Presta também assistência à família, maternidade, infância, adolescência e velhice; amparo às crianças e adolescentes carentes.

Além disso presta também ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, promovendo gratuitamente, assistência educacional e de saúde.

Diante do ora exposto, e tratando-se de uma Entidade que objetiva somente promover o bem-estar aos menos afortunados é que contamos com a colaboração dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI N° 204/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 6.264 de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei n° 6.470, de 22 de outubro de 1973, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Fundo de Reequipamento do Trânsito, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente, serviços técnicos especializados e outras despesas do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, Polícia Militar do Estado do Paraná, Órgãos de Controle de Tráfego que o integram na Capital e no Interior, municípios que possuam Estacionamento Regulamentado e municípios conveniados com o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Entende-se por serviços técnicos especializados, todos aqueles que dizem respeito ao planejamento de tráfego, serviços estatísticos, serviços de processamento de dados e computação, serviços de controle e fiscalização de tráfego, serviços de aplicação de Barreiras Eletrônicas, Redutores Eletrônicos de Velocidade, Radares e outros equipamentos que venham a auxiliar na fiscalização do trânsito, estudos de viabilidade econômica e técnica, serviços de planejamento e sinalização de tráfego, confecção de material didático exclusivamente educativo para trânsito e sua veiculação, Planos Diretores de Tráfego e, ainda, outros que forem julgados necessários e imprescindíveis ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e órgãos de trânsito dos municípios conveniados".

Art. 2° - Os demais dispositivos da Lei n° 6.264 de 10 de janeiro de 1972, da Lei n° 6.470 de 22 de outubro de 1973 e da Lei n° 6.846 de 8 de dezembro de 1973, não

conflitantes com a presente lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) FENATO ADUR

PROJETO DE LEI Nº 205/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e seus órgãos competentes, o Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE, a ser implantado nos municípios com mais de 100.000 habitantes.

Art. 2º - A implantação dar-se-á de forma gradativa, tendo em vista as prioridades, e a maior incidência de acidentes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Jocelito Canto, Edgar Bueno, Albanor Gomes, Beto Richa, Edson Silva Lino e José Maria Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A atuação do SIATE, tem sido exemplar no atendimento de acidentados, quer com a presteza e rapidez, ou quanto à competência de seus integrantes. Não são poucas as vidas salvas pela equipe de atendimento ora vinculada ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.

Entretanto, nesse aspecto, os municípios com mais de 100.000 habitantes estão a merecer das autoridades competentes maior atenção, inclusive, considerando-se que os acidentes que ocorrem são em geral de maior gravidade, ficando as vítimas à mercê de pessoas que passando pelo local dos acidentes, se disponham a remover os acidentados, sem o menor conhecimento de primeiros socorros, o que não raramente pode vir a ocasionar lesões irreparáveis, ou mesmo o óbito das pessoas que transportam.

Assim, propomos que o sistema seja implantado de forma paulatina, priorizando os municípios onde o índice de acidentes seja mais significativo, até que a médio prazo tenhamos todos os municípios paraenses, com mais de 100.000 habitantes, cobertos por esse eficiente sistema de atendimento a acidentados.

Para isso, contamos com o apoio dos nobres Pares, a este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 206/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a criar e instalar o 5º Distrito Policial no bairro Rincão São Francisco, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - As despesas de instalação do Distrito Policial à que se refere o artigo anterior, correrão por conta do orçamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Por ser o bairro Rincão São Francisco um dos mais populosos do Município de Foz do Iguaçu, e por possuir vida própria no que se refere ao comércio e vida estudantil, possuindo boas casas de comércio e escolas para os seus moradores, atrai também a vinda de marginais colocando a segurança do bairro em questionamento pelos seus moradores. Assim, cumpre-nos, como representante daqueles moradores, solicitar a criação e a instalação de um Distrito Policial, que por certo muito contribuirá para a segurança dos seus moradores.

PROJETO DE LEI Nº 207/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a criar e instalar o 4º Distrito Policial da Região da Vila C de Itaipu, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - As despesas decorrentes da instalação do distrito a que se refere o artigo anterior, correrão por conta do Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Vila C, é uma das mais populosas do Município de Foz do Iguaçu, e à sua volta, milhares de moradores têm uma vida própria com supermercados, farmácias, bares, escolas, enfim, tudo o que é necessário para a sobrevivência da sua população. No entanto, a questão da segurança tem sido objetivo de muitas discussões quando das reuniões daquela comunidade. Desta forma, apelamos aos Senhores Deputados para que

sejam sensíveis aos reclamos destes moradores de uma das mais vastas regiões de Foz do Iguaçu, aprovando esta lei, que por certo, receberá o parecer favorável do Senhor Governador, Jaime Lerner, sancionando este projeto e resolvendo em definitivo o problema de segurança daquele bairro.

PROJETO DE LEI N° 208/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída entre as modalidades de sorteio do Serviço de Loterias do Estado do Paraná a RASPA-SAÚDE.

Art. 2° - O Serviço de Loterias do Estado do Paraná, regulamentará o concurso da modalidade RASPA-SAÚDE, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3° - Os recursos arrecadados no sorteio de cada série, terão a seguinte destinação.

I - Sessenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - um por cento para a administração;

III - trinta e cinco por cento para os Conselhos Municipais de Saúde.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a arrecadação dos sorteios destinar parte da renda para os Conselhos Municipais de Saúde tão necessitados de complementação para seus orçamentos.

Será portanto, de grande relevância tal propositura, por isto contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 209/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com sede e foro no Município de Curitiba Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) RÊTO RILCHA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade,

tendo em vista seus objetivos assistenciais, atendendo gestantes e crianças na faixa etária de 0 a 12 anos, oferecendo alimentação, remédios, cobertores e outros benefícios.

A Associação, promove ainda a distribuição de leite e outros gêneros alimentícios alternativos às gestantes e às crianças carentes do Município.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PFL, PPB, PMDB.

(Declinam)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni no Horário da Liderança do PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A verdade tarda mas não falha. Esse é um ditado popular, com um outro ditado popular proferido por um ex-Presidente da República e que na realidade fez justiça ironicamente até ao seu próprio mandato, que o tempo é o senhor da razão. Quando no final do ano passado nós denunciávamos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de que estava em curso o processo de privatização da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná, a COPEL, vários Deputados e o próprio Governo reiteradamente desmentiram as teses defendidas pela oposição neste Parlamento, de que o que estava em curso na realidade se tratava da privatização de uma maneira sutil da COPEL.

O Governo do Estado do Paraná ao firmar um contrato, um compromisso com o Banco Nacional de Desenvolvimento, o BNDS, solicitando um empréstimo de 120 milhões de dólares, nós alertávamos naquela oportunidade de que a forma de como estava aquele empréstimo, os juros a serem pagos, de que o Estado do Paraná estava sendo mal gerido porque o dinheiro emprestado do BNDS pela justificativa corrente por parte dos representantes do Governo era, de que seria necessário para suprir o déficit na folha de pagamento do funcionalismo público do Estado do Paraná. Havia proximidade do pagamento do 13° salário para os funcionários públicos, e foi solicitado então, ao BNDS, tendo como caução desse empréstimo, isto é como garantia, as ações da COPEL.

Este foi um debate muito grande porque a assinatura deste acordo e a posterior votação do projeto nesta Casa de Leis, que autorizava o Governo do Estado a caucionar as ações da COPEL, e também a vender as ações, em função de um acordo entre a Assembléia Legislativa, algumas bancadas dos Senhores Deputados, principalmente a ban-

cada que dá sustentação ao Governo, junto com o Secretário de Planejamento, Senhor Cássio Taniguchi, ficou estipulado de que as ações não poderiam ser vendidas num patamar inferior a 50%, entendendo com isso, Senhores Deputados de que estariam preservando o patrimônio da empresa pública de energia elétrica do Estado do Paraná, e mais do que isso, estaria também possibilitando com que o Governo do Estado ao se ver obrigado a não poder disponibilizar o controle acionário por menos de 50%, estaria também trazendo recursos a mais para o Estado do Paraná, para o Governo, que pudessem ser investidos em obras de estrutura e infra-estrutura.

Pois bem, Senhores Deputados, está em minhas mãos um fax que acabo de receber do Senado Federal, diante de uma consulta feita pelo Senado Federal, pela Mesa Executiva do Senado Federal, que foi endereçada ao Senhor José Serra, pedido pelo Senhor Senador Roberto Requião, e respondido pelo Chefe do Órgão competente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Em primeiro lugar, dizer que o Governo do Estado não honrou os compromissos firmados com o FNDs, e não pretende honrar esses compromissos. Não irá pagar como nós já havíamos denunciado, que este contrato, este empréstimo tinha sido feito de maneira vantajosa para o FNDs e não vantajosa para o Governo do Estado do Paraná e para a população do nosso Estado.

O Governo do Estado não tem condições de pagar esse empréstimo, sendo assim o Banco Nacional de Desenvolvimento está autorizado perante contrato do convênio firmado, a vender as ações da COPEL.

Pois bem, não se trata somente de fazer a observação e crítica no que diz respeito ao descontrole das finanças públicas por parte do Governo do Estado do Paraná, mas se trata de realçar o ponto nº 4 da pergunta que foi endereçada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Diz o seguinte: pergunta ao órgão financeiro governamental:

- As ações de empresas públicas recebidas pelo Banco em garantia de empréstimos a Estados podem ser utilizadas para promover a privatização dessas empresas?

Resposta do Banco Nacional de Desenvolvimento Social:

- Finalmente no que tange a 4ª questão a resposta é afirmativa. Nesse sentido o pressuposto básico desse tipo de operações realizadas pelo Banco, é de que as empresas cujos títulos as lastreiam serão desestatizadas, prevendo-se portanto que os Estados, que se os Estados não conseguirem efetivar a desestatização pretendida, o FNDs tomará as providências adequadas para que a privatização ocorra.

Num pronunciamento feito nesta tribu-

na, no mês de novembro de 1995, já alertávamos a Assembléia Legislativa de que não só o empréstimo junto ao FNDs, mas também o projeto que estava em curso, em votação nesta Casa, tinham como escopo final o projeto de privatização da COPEL, lamentavelmente venha se confirmar passo a passo, agora pela própria confirmação do FNDs de que a linha de crédito para os Estados que lastreassem os empréstimos com ações das empresas públicas, estava dentro de um protocolo assinado junto com o Governo do Estado do Paraná que prevê a privatização desta empresa.

Assistimos agora no dia de ontem a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina, a LIGHT, empresa que pertence a ELETROBRÁS, empresa essa que no início do século era uma empresa privada de um grupo canadense que desenvolveu o sistema de distribuição e de geração de energia no Estado do Rio de Janeiro, e no Estado de São Paulo.

Posteriormente, todos nós sabemos o custo da história; a LIGHT foi estatizada, e pertence hoje a uma das grandes empresas de energia elétrica do nosso País. O Valor do patrimônio, o lance mínimo para a privatização da LIGHT era de três bilhões de reais.

Por uma ironia do processo em curso no nosso País, quem comprou o controle acionário da empresa brasileira, que via de regra, pela propaganda oficial, a empresa pública não é competente ou não tem recursos para o seu desenvolvimento, não é competente a empresa pública, quem comprou o controle acionário da Companhia Elétrica LIGHT, é nada mais, nada menos, que o Governo Francês.

Infelizmente, as diretrizes operacionais, as diretrizes de investimentos em relação a energia elétrica em território brasileiro, agora dependem das diretrizes traçadas pelo Governo Francês.

No nosso entendimento, porque até que se prove ao contrário como no caso do Paraná, os desenvolvimentos, os financiamentos, os recursos para a construção de Salto Caxias, já estavam garantidos através do Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Interamericano, não há necessidade de fazer o processo de privatização dessa empresa, pelo contrário, é uma empresa superavitária, é uma empresa que tem dado lucro, é uma empresa que tem trazido dividendos muito ricos para o Estado do Paraná, principalmente no que diz respeito a sua importância social.

Naquela oportunidade em que o representante da INEPAR, o Presidente do grupo acionário, Dr. Atilano, fez uma alusão aos investimentos alocados pelo Estado do Paraná na construção dessa companhia, e a taxa de retorno do ponto de vista empresa-



rial dessa companhia ao Estado. Também vi o Secretário de Planejamento, o Senhor Cassio Taniguchi, fazia uma alusão dos dividendos que são pagos aos acionistas pela COPEL.

Ora, bolas! Ora, bolas! Nós não estamos conversando entre neófitos, nós estamos conversando entre pessoas que sabem a importância dos investimentos públicos, dos investimentos do Estado, no que diz respeito ao desenvolvimento do conjunto do nosso povo. A companhia elétrica não era única e exclusivamente formada pelos investimentos lá feitos com o objetivo único e exclusivo de dar lucro, diferente de uma empresa automobilística, diferente de uma empresa da iniciativa privada, que tem única e exclusivamente, a vontade explícita de auferir o maior lucro possível, sem levar em consideração qualquer outro aspecto, pelo contrário o Paraná através da COPEL fez os investimentos tendo em conta:

1º - Que a empresa honorasse os contribuintes do Estado do Paraná. Isto é, não retirasse recursos dos contribuintes para o desenvolvimento da empresa, pelo contrário, em que a empresa tivesse ao longo do seu tempo, mais saúde financeira e mais capacidade de investimento para promover o Estado do Paraná, a sua gente a ter energia elétrica, que é um patrimônio de conquista da civilização.

Lamentavelmente, o Governo do Estado do Paraná, através do Governo Jaime Lerner, não entende nesse sentido e reafirma a sua vontade cada vez mais ao não pagar, ao não resgatar este empréstimo do BNDS, de começar o processo de privatização. Está aqui em resposta ao Senador Roberto Requião, por parte do Presidente do BNDS de que o órgão financeiro do Governo Federal procederá os entendimentos no sentido da desestatização dessa empresa.

Quero alertar a isso, porque está em curso nesta Casa de Leis, um projeto que é o Paraná Investimentos de que transfere para essa empresa que será gerida por cinco Secretários de Estado do Paraná, transfere para esta empresa a possibilidade de através desse projeto de lei ser aprovado na Assembleia Legislativa, todo o controle acionário de qualquer empresa pública no Estado do Paraná, ser passível no processo de privatização dessas empresas, isso diz respeito à SANEPAR, à COPEL, a todas as companhias.

Mais grave, ainda, quero alertar aos Senhores Deputados, de que está embutido nesse projeto, aliás, embutido não, explícito nesse projeto a modalidade moderna e eficiente, do ponto de vista do mercado, da obtenção de recursos por parte do Governo do Estado, no processo de privatização destas companhias, que é a emissão de debêntures. As debêntures, todos sabemos,

e vários Deputados têm conhecimento disso, porque lidam com esses títulos, nada mais são que a emissão de determinado título no mercado para captação de recursos e esses títulos têm que ter algumas garantias, isto é, precisam ser avalizados.

No caso da COPEL, Deputado Toti Colaço, vou emprestar cem milhões de dólares e lastrearei estes cem milhões de dólares com ações da COPEL. Ações que estão hoje no preço de mercado que estejam vigentes - como as ações da COPEL não estão sendo negociadas no mercado de bolsa de valores, isto é, estão fora do mercado, o preço destas ações estão lá embaixo. Esses títulos serão rastreados pelo preço destas ações: cem milhões de dólares. Pois bem, as debêntures emitidas terão de pagar juros e terão que pagar dividendos, de acordo com o mercado financeiro nacional. Isto significa o seguinte: ao final do prazo pactuado, seja um ano, seja dois anos, o Governo do Estado terá de resgatar o título e além disso pagar dividendos, juros, que hoje estima-se perto de 20%, fora a correção monetária, onde os juros são caríssimos.

Para os Senhores terem uma idéia, acabamos de aprovar no final do ano passado um empréstimo ao Governo do Estado na ordem de um bilhão de dólares, sendo que esse empréstimo é de dez, quinze a vinte anos, para pagamento por parte do Governo do Estado às instituições financeiras internacionais e os juros são de 4 a 6% no máximo ao ano. Ao emitir debêntures, o governo do Estado terá de pagar juros perto de 20%, que é o que o mercado diz hoje, ao ano, além do resgate e da correção monetária.

Se tomarmos como base o depoimento do Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que presenciou o processo de privatização e de transferência para a iniciativa privada, do controle da distribuição de energia da CELESC, que optou por esse método, por esse caminho, da constituição de uma companhia. E que esta companhia iria emitir debêntures, iria lastrear o controle acionário da CELESC, nas debêntures. Em uma semana, Deputado Toti Colaço, 90% do controle acionário da CELESC foi transferido por um preço escorchantes e o Estado ainda tendo de pagar juros e dividendos, de uma maneira completamente descabida nos dias de hoje.

Quero alertar aos Deputados, porque é grave a situação.

Para concluir, Senhor Presidente, sei que já ultrapassei o meu tempo regimental. Agradeço a benevolência de Vossa Excelência. Estou concluindo o meu pronunciamento, porque reputo esse assunto da maior importância. Sabeedor de que Vossa Excelên-



cia também assim o entende, é que me conferiu alguns minutos a mais. Logo estarei terminando.

Nesse sentido Senhores Deputados, é grave a situação. Porque a COPEL tem um patrimônio de quatro bilhões de reais.

Assistimos agora a Light sendo privatizada por um preço mínimo de três bilhões de reais. E o Governo Federal aceitando as moedas podres no processo de privatização. Além disso o FNDs, com títulos do governo, também entrou no processo para proceder, chegar perto dos três bilhões, que conseguiu no mercado brasileiro.

Fico me perguntando o seguinte: será que vamos permitir, da forma como está embutido no projeto, que cria a Paraná Investimentos e a possibilidade da emissão de debêntures, onerar o Estado do Paraná, endividar sobremaneira o Estado do Paraná e ainda entregar para quem emitir as debêntures, para o empréstimo que o governo pretende fazer, o resgate do controle acionário por um preço, que não pode chegar a setecentos milhões de reais, a oitocentos milhões de reais, o controle acionário desta empresa, que é patrimônio, que foi com sacrifício social - um sacrifício de milhares e milhares de paranaenses, que não têm assistência médica, que não têm assistência ao pequeno produtor, que não têm escola de qualidade ainda para os seus filhos - será que a Assembléia Legislativa vai se permitir a este tipo de coisa?

Espero que os Senhores Deputados, na hora da votação desse projeto, tenham a possibilidade de estudá-lo bem, antes que possamos aqui decidir pela a sua aprovação ou não.

Era isso Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra pela Ordem ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria, com a sua permissão, apenas registrar a presença nesta Casa de Leis dos Vereadores Gilson Marcondes e Silmar F. Pastorel de Pato Branco, companheiros que nos orgulham com as suas presenças aqui nesta tarde de hoje.

E gostaria que Vossa Excelência determinasse o registro dessas ilustres presenças aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associado com a Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao PDT, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente

Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Presidência da Casa para tramitação normal nas Comissões e depois no Plenário, um Anteprojeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se aprovado por esta Casa de Leis vai tornar obrigatório o uso de uma balança em todos os estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios. Todos os supermercados, empórios, mercearias e outros estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios, por esse Projeto ficam obrigados a manter próximos ao caixa, bem visível aos clientes, balanças para quem desejar conferir a exatidão ou não do peso da mercadoria que está sendo adquirida, havendo diferença de peso para menos - e aliás, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma vergonha, freqüentemente a gente liga o rádio a televisão, abre o jornal e vê como o nosso consumidor brasileiro, em especial aqui no Paraná, é fraudado, é lesado.

Se compra um pacote de 5 quilos de arroz, colocando-se na balança, faltam 100 gramas, compra-se um enlatado de 500 gramas, vai se conferir o peso geralmente falta 50 gramas ou mais, um enlatado, um empacotado, sempre há uma diferença de peso, o peso não confere e o erro é sempre contra o consumidor. Até hoje não vi uma estação de televisão mostrar um consumidor comprando alguma mercadoria, principalmente comida, e que se sentisse orgulhoso, feliz jubiloso de poder pesar e dizer comprei um pacote de dois quilos de arroz e vieram 100 gramas a mais.

O peso está sempre errado para prejudicar o consumidor que já paga caro, que já é vítima da ganância de alguns maus comerciantes que não entendem as dificuldades econômicas da classe trabalhadora, dos trabalhadores de baixa renda em nosso Brasil.

Por isso, Senhor Presidente, para moralizar esse comércio, para evitar que o caminhão entregador de gás pare na porta e a dona de casa pague por 13 quilos e vai pesar falta meio quilo, para evitar que aquilo que se compra no supermercado, na quitanda na mercearia, além de ser caro, preço de 1º mundo, para um salário de 3º mundo do nosso povo, e o povo ainda é lesado na quantidade da mercadoria que está anunciada na etiqueta, queremos conclamar os Senhores Deputados de todos os Partidos para que aprovemos a obrigatoriedade de balança, mas bem visível, perto do caixa. E o que é que diz o nosso Projeto, Senhor Presidente, se o comprador chegar no Carrefour, chegar do Mercadorama, em qualquer rede de supermercado na grande, na média ou na pequena e estiver sendo lesado no preço, ele vai pegar a mercadoria e vai colocar na balança e o peso não estando

correto, esse cliente, esse consumidor, terá direito automaticamente de pagar na caixa a mercadoria com um desconto de 20% sobre o preço final anunciado na etiqueta sobre as várias formas. Isto é, para exemplificar, se o preço final do produto, for de 5 reais, e se o peso estiver errado, e o peso for menor do que o que foi anunciado, o cliente ao invés de pagar por 5 reais, ele pagará apenas 4 reais, tendo o desconto de 20%. E o prazo máximo para que se cumpra com essa Legislação, é de 120 dias contados a partir da data da publicação da presente Lei.

E o que é que o projeto, Senhores Deputados, estabelece para quem continuar insistindo em lesar, em fraudar, em prejudicar o consumidor se não colocar a balança para a conferência do peso, o estabelecimento será multado em 2 mil reais, na segunda multa, ela aumenta para 5 mil, na terceira infração a multa será de 10 mil reais. E a partir daí, o Instituto de Pesos e Medidas e Bem, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná e a Receita Federal, poderão determinar até mesmo após a terceira multa, que o supermercado ou estabelecimento infrator seja lacrado pelo período de 30 dias.

Esse, Senhor Presidente, é um projeto que visa mostrar ao Brasil que aqui no Paraná o infrator será punido. O bom comerciante não tem nada a reclamar desse Projeto, por quê Senhor Presidente, Senhores Deputados? Se o empório adquiriu a mercadoria, cujo peso está incorreto, e ele tiver que dar o desconto para o consumidor, ele não vai ser prejudicado, não sofrerá prejuízo, porque vai se ressarcir também do fabricante, ou do atacadista, ou do distribuidor que entregou a mercadoria em sua empresa comercial, e esta Casa de Leis estará, através da aprovação desse Projeto dando uma extraordinária contribuição para os milhões de consumidores do Paraná, quem sabe esteja aqui o caminho para que doravante ao sair a notícia, no jornal, na televisão, de abusos praticados contra os consumidores, com os comerciantes lesados com preços caros e ainda sendo lesado, levando para casa menos mercadoria do que pagou, quem sabe seja esse o grande caminho, para que quando persistirem esses abusos, eles sejam apenas em outros Estados da nossa Federação e não mais no Paraná.

Porque com toda a certeza, creio eu, por intuição, que esse projeto haverá de ser aprovado por unanimidade pelos nobres Pares dessa nossa augusta Casa de Leis, numa inestimável contribuição de todos nós Deputados para evitar portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o nosso consumidor continue sendo vítima, des-

sas criminosas e vergonhosas e deploráveis fraudes em supermercados, em quitandas, em empório, em empresas que comercializam os alimentos tão necessários para o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Liderança do PSDB. (Declina).

Liderança do Governo. (Declina).

Concedo, pela ordem, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas para comunicar que amanhã na Sessão Ordinária estarão ausentes na Sessão os Deputados: César Seleme, Emerson Nerone, Miltinho Puppio, João Tecchy Filho e este que vos fala.

Estaremos nos deslocando amanhã pela manhã para o Município de Pinhão, atendendo em nome da Assembléia Legislativa, a qual compomos uma Comissão Especial, onde vamos trabalhar em favor de um grande entendimento com a FATRUP que é uma das empresas daquele município, estarão conosco os representantes do INCRA, da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria da Agricultura, do Poder Judiciário, do Ministério Público, Vereadores, Prefeitos, a Polícia Militar do Estado do Paraná e outras autoridades.

Então queria comunicar a Casa que estes Parlamentares estarão ausentes amanhã para participar desta reunião, deste encontro muito importante, um grande entendimento entre as famílias dos sem-terra e os proprietários da terra no Município de Pinhão.

Queria, apenas para finalizar, dizer e agradecer o apoio que o Presidente desta Casa Deputado Anibal Khury, igualmente Vossa Excelência, estão nos dando para o pleno sucesso desta Comissão naquela comunidade.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria também só para comunicar que, amanhã pela manhã, às sete horas, um grupo de Parlamentares aqueles interessados, os mais diretamente a esta área que é a Região da BR-376, no Município de São José dos Pinhais, Guaratuba e divisa com Santa Catarina, estaremos acompanhando o Governador em exercício, Deputado Anibal Khury, para verificarmos o trabalho que está sendo feito para concluir a duplicação da BR-376.

O convite é do Governador, extensivo aos Parlamentares interessados nesta área. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - En-

cerrado o Horário das Lideranças.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1757/96, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que trata da extinção de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e da criação de cargos em comissão e de provimento efetivo. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, contante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera a redação do Artigo 2° da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989.

COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Manoel Romão Netto, com sede em Porto Rico. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Vida para Cristo, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 094/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Verê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/96, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 04 (quatro), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 116/96  
SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
SUBSTITUTIVO GERAL

Acresce ao artigo 27 da Emenda Substitutiva Geral à proposição em epígrafe, logo após a expressão "entrâncias final", a expressão:

... "e intermediária".

Acresce ao final do art. 31 do texto do Substitutivo Geral, a seguinte expressão:

Art. 31 - ... "revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(aa) IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE  
DOUTOR ROSINHA  
PÉRICLES MELLO

Apoiamiento: Antonio Annibelli, Marquinhos Alves, Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

A adição do termo "intermediária" na Subemenda vem satisfazer a maior qualidade do serviço público, evitando os transtornos ocasionados pela má formulação redacional, bem como na elaboração de procedimentos judiciais, que afetam sobremaneira a vida de quem recorre à Justiça. Um erro de grafia pode ocasionar homônimo, tornando o réu, quem é inocente. Ou ainda de vítima passar a réu.

Afora o aspecto qualitativo nos serviços desenvolvidos nas entrâncias intermediárias, a exigência do 2º grau para os cargos de auxiliar de Cartório e Oficial de Justiça serve como estímulo à educação. Há que observar que o texto original do Tribunal de Justiça, concernente a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, traz no seu artigo 34 a entrância intermediária. Presume-se que houve um lapso no Substitutivo Geral, posto que no art. 27 a palavra "entrância" está no plural, o que subentende-se que se refere a mais de uma entrância.

Quanto a expressão adicionada ao final do art. 31, é jurídica e legislativamente necessária, posto que a sua ausência em texto legal, conduz a não revogação de disposições contrárias. E parte da técnica legislativa que deve ser observada, inclusive é objeto do nosso Regimento Interno.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Inclua-se onde couber:

"As receitas provenientes das penas de multa aplicadas pelos Juizados Especiais serão assim distribuídas:

40% (quarenta por cento) para o Fundo Penitenciário do Estado;

40% (quarenta por cento) para entidades assistenciais declaradas de Utilidade Pública por Lei Federal ou Estadual; e

20% (vinte por cento) para o PROVOPAR estadual."

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamiento: Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Peny Forsatto, Marquinhos Alves e um ilegível.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Suprime o Artigo 24 do presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Doutor

Rosinha.

#### JUSTIFICATIVA:

É inconstitucional, pois tanto a doutrina quanto a Jurisprudência são unânimes e pacíficas em determinar que as Leis de Processo, sejam cíveis ou criminais, tem aplicação imediata, mesmo para processos pendentes. (A Lei n° 9.099 é inconstitucional neste sentido. Não se deve repetir a inconstitucionalidade).

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

Inclua-se onde couber a seguinte emenda:

"Art. ... - É indispensável a presença de advogado nos processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, conforme Art. 133 da Constituição Federal."

Sala das Sessões, em 22.05.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento: Carlos Simões, Ângelo Vanhoni, Toti Colaço, Orlando Pessuti.

#### O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 153/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Sul do Capão Passado, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento n° 114, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Só gostaria de registrar porque o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná dá um avanço importante quando começa a envelhecer as fotos das crianças desaparecidas no Estado. É um projeto que é pioneiro de esforço, a de peritos que contam até com a colaboração de arquitetos. E eu nesta Casa tenho dois projetos que se refere a criança desaparecida.

Um que criou a delegacia, a que inclusive contamos com o apoio de todos os Deputados e o segundo projeto que obriga a fixação das fotografias das crianças desaparecidas nos ônibus, que fazem a linha no Estado do Paraná, então é por esse objetivo que faço aqui uma referência com relação a esse voto de congratulações ao Instituto de Criminalística do Estado, pela forma avançada e pela forma rápida como consegue agora o envelhecimento das fotos das crianças desaparecidas, porque no ano passado, Presidente, solicitei à UNICAMP que fizesse esse trabalho, eles me garan-

tiram que fariam o trabalho de envelhecimento e depois me devolveram a correspondência dizendo que custaria muito caro e que a UNICAMP não teria condições de bancar, para envelhecimento, e agora aqui no Paraná no nosso Instituto de Criminalística temos aí envelhecimento das fotos das crianças desaparecidas no Estado.

Muito obrigado Presidente.

Requerimento n° 089, de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 090, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 091, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 092, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 093 e 094, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 096, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 097, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 098 e 099, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 100, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 101, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 103, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 107, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 104, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do líder tucano de Ibituva, Moraes, futuro Prefeito de Ibituva, somente isso Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Consulto V.Exa. da possibilidade de incluir se houver amanhã sessão extraordinária a redação final do Projeto 475 que está anunciado em 3ª. Discussão para a sessão ordinária de amanhã, havendo sessão extraordinária consulto Vossa Excelência da possibilidade de fazermos também apreciação da redação final.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Na próxima terça-feira na nossa sessão extraordinária estaremos incluindo o projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Aproveito ainda a questão de ordem para em meu nome e tenho certeza o Deputado Edson Silva Lino, registrar a presença de ilustres lideranças políticas do Município de Ortigueira, o Sr. Simes Correia, José Mário Freire, do João Braga e do companheiro Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado e associada pela Mesa Executiva a presença dos ilustres visitantes do Município de Ortigueira, anunciados pelo Deputado Orlando Pessuti e associado com o Deputado Edson da Silva Lino.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às dez horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/96.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 545/95, 267/95 e 125/96.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MAIO DE 1996.

"Mutuários lutam contra herança colorida - Solução é redução da prestação da Casa Própria."

Manifesto da Federação das Associações dos Moradores do Paraná. FAMOPAR.

Cerca de 35 mil mutuários do Paraná

foram lesados durante o Governo Collor. Eles adquiriram suas casas, financiadas com recursos do FGTS pelos planos PAIH, PEP e PROHAP. São cubículos de 18m<sup>2</sup> a 27<sup>2</sup> com evidências de superfaturamento na compra dos terrenos e na construção.

Os mutuários não conseguem pagar as prestações, muito acima do real valor dos imóveis. Metade deles estão inadimplentes, sofrendo a ameaça de despejo e perda de suas casas.

O descaso de FHC com as questões sociais não tem permitido resolver o problema. Quando Ministro da Fazenda ele inviabilizou negociações iniciadas com o Governo Itamar Franco. Sua política de privilégio aos banqueiros só tem agravado o drama das famílias. Os juros alucinados do Banco Central puxam para cima as prestações e o saldo devedor. A recessão, o desemprego, a destruição da agricultura e o arrocho no salário mínimo só fazem aumentar a inadimplência.

Os mutuários querem pagar pelas casas que compraram. Mas querem pagar o valor justo e correto. A Justiça Federal tem re-

conhecido as reivindicações deles, acatando inúmeras ações e reduzindo as prestações.

Mas é preciso uma solução definitiva, garantindo às famílias o seu direito à moradia e dando a elas paz para construir o seu futuro.

A FAMOPAR defende, desde o início da luta há três anos, a redução da prestação para no máximo 20% do salário mínimo, a incorporação de 100% da dívida ao saldo devedor e a punição dos responsáveis pelo superfaturamento com a devolução aos cofres do FGTS do dinheiro desviado.

Esta é uma solução possível. Depende de vontade política e compromisso com as necessidades do povo. Os recursos necessários para garantir a adoção destas medidas representam uma ninharia perto dos 20 bilhões de reais usados para salvar bancos falidos e banqueiros fraudadores.

Contamos com o seu apoio para a nossa luta.

maio, 1996  
ROLAND RUTYNA  
Presidente